

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações , do Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, sobre as providências que estão sendo tomadas sobre as denúncias de turismo sexual na Amazônia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no inciso I, do art. 115 c/c art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminhar ao Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro da Justiça, o Requerimento de Informação a seguir.

Sala das Sessões, em de julho de 2011.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro da Justiça

Senhor Ministro,

Solicitamos a V. Exa., com base no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, informação sobre as providências que estão sendo tomadas pelo Ministério da Justiça sobre as denúncias veiculadas sobre a empresa West-A-Line Tours, que juntamente com a empresa Santana Ecofish Safári, seriam suspeitas de explorar o turismo sexual no Brasil.

JUSTIFICATIVA

As denúncias foram veiculadas no periódico internacional New York Times e em periódicos brasileiros, denunciando que a empresa West-A-Line Tours, de nacionalidade americana, e a sua parceira brasileira a empresa Santana Ecofish Safári, estariam envolvidas no aliciamento e estupro de pelo menos quinze meninas, em viagens promovidas nos iates das empresas.

Conforme informações veiculadas, o Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Sr. Sérgio Fontes, em entrevista disse que “o pacote incluiria o turismo sexual entre as atrações”.

O grupo de ativismo feminino Equality Now, dos Estados Unidos, publicou em seu site que a ação judicial nos Estados Unidos foi aberta após denúncia de quatro meninas de origem indígena, todas menores de idade. Segundo informação veiculada pelo grupo ativista, as moças disseram ter sido obrigadas a fazer sexo, ingerir bebida alcoólica e usar drogas.

Ainda conforme informações veiculadas por periódicos brasileiros as investigações apontam, inicialmente, que iates luxuosos usados pelas empresas

acusadas eram camuflados de barcos para pesca esportiva. Neles, turistas abusariam de meninas menores de idade.

O assunto tomou notoriedade mundial, quando o periódico New York Times publicou a denúncia do Grupo Equality Now. O assunto não é novo, foi constatado desde o início da década de noventa pelo jornalista da Folha de São Paulo, Gilberto Dimenstein, a situação de exploração de crianças, fato que foi confirmado em recente CPI realizada pela Assembléia Legislativa do Pará sobre exploração sexual.

As informações solicitadas prestam-se ao legítimo exercício de fiscalização atribuído ao Poder Legislativo pela Constituição Federal e servirá para que possamos acompanhar o tema que é tão importante para os povos da Amazônia, bem como para os membros do Congresso Nacional, no ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa vinte e um anos.

Câmara dos Deputados, em de julho de 2011.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA